

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.769 - SP (2019/0341982-1)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE : SAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VARGEM GRANDE DO SUL**  
**PROCURADOR : GUSTAVO DE FARIA VALIM - SP414286**  
**RECORRIDO : OTAVIO DE ANDRADE - ESPÓLIO**  
**ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

## DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VARGEM GRANDE DO SUL, mediante o qual se impugna acórdão, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"Agravos de instrumento. Execução fiscal. Ordem de recolhimento de valores para postagem de carta citatória. Admissibilidade. Despesas postais que não se incluem na isenção prevista no artigo 39 da Lei 6.830/80. Necessidade de observância do Provimento 2.292/15 do Conselho Superior da Magistratura. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça e desta corte. Recurso denegado" (fl. 29e).

No Recurso Especial, manejado com base nas alíneas **a**, **b** e **c** do permissivo constitucional, alega-se violação aos arts. 7º, I, e 91 do CPC/2015 e 39, **caput** e parágrafo único, da Lei 6.830/80.

Sustenta-se, em síntese, o seguinte:

"Exigir a aplicação de um Provimento Interno com previsão de efeitos externos ao ente público que o emitiu é contrária a toda lógica jurídico-normativa de nosso ordenamento, já que, de acordo com o princípio da legalidade, previsto no artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal de 1988, 'ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer -o alguma coisa senão em virtude de lei', inclusive, a Administração Pública deve obedecer e atuar de acordo com o previsto na lei (artigo 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988).

Partindo-se desse pressuposto, o Provimento não se destina a criar deveres e impor obrigações na qual não há lei formal com esta previsão. De acordo com o próprio Regimento Interno do TJ/SP, sua função é apenas interna, no sentido de regulamentar, ordenar e uniformizar os serviços oferecidos pelo Poder Judiciário estadual, seguindo fielmente o previsto na lei.

# Superior Tribunal de Justiça

Qualquer interpretação que imponha um dever criado por um Provimento viola os princípios constitucionais da legalidade (artigo 5º, inciso II, CRFB/1988), hierarquia normativa e separação dos poderes, previstos em nossa Carta Magna.

Neste mesmo sentido, o mencionado Provimento, em seus artigos 1º e 4º, apenas exige o recolhimento prévio da taxa de correspondência com AR dos Municípios, o não prevendo tal exigência dos Estados e nem da União. Tal exigência, feita de modo seletivo, viola a isonomia e o tratamento igualitário na qual o Poder Judiciário deve tratar todos os entes públicos que dele necessitam para ter satisfeito o seu direito, em especial, a cobrança de sua dívida ativa por meio das Execuções Fiscais (Lei Federal nº 6.830/1980), cuja determinação decorre do artigo 5º, *caput*, da Constituição Federal de 1988 e dos artigos 7º e 139 do CPC/2015.

O Código Processual Civil de 2015 e a Lei de Execuções Fiscais conferem prerrogativas processuais à Fazenda Pública, principalmente por se tratar de ente público, o sujeito às limitações constitucionais e principiológicas específicas, em decorrência lógica do interesse público, sempre limitada às disposições orçamentárias, a fim de garantir a efetiva e eficiente prestação jurisdicional pelo Poder Judiciário, respeitando-se o devido processo legal (inciso LIV do artigo 5º da CRFB/1988).

Aliás, deve-se observar que, além de a análise da exordial e a ordem de citação não estarem condicionadas ao prévio recolhimento da despesa postal (o que, inclusive, causará prejuízos ao erário com eventual reconhecimento prescricional), a Fazenda Pública somente estará sujeita ao pagamento das despesas processuais AO FINAL e SE VENCIDA, conforme preceitua o artigo 91 do CPC/2015.

Portanto, notável que o Provimento nº 2.292/2015 editado pelo Conselho Superior da Magistratura do Estado de São Paulo está eivado de inconstitucionalidade e/ou ilegalidade, visto que ultrapassou o poder regulamentar e as competências previstas no Regimento Interno do TJ/SP, afrontando os dispositivos transcritos no Código de Processo Civil, na Lei de Execuções Fiscais e, principalmente, os princípios constitucionais destacados" (fls. 57/58e).

Requer-se, por fim, "seja conhecido e provido o presente recurso, reformando o acórdão recorrido a fim de desobrigar a Fazenda Pública Municipal ao pagamento adiantado das despesas postais, bem como a inversão dos ônus sucumbenciais, caso cabíveis" (fl. 63e).

# Superior Tribunal de Justiça

Sem contrarrazões.

Recurso Especial admitido (fls. 66/68e).

O recurso merece prosperar.

Orienta-se a jurisprudência do STJ no sentido de que cabe ao Poder Judiciário a elaboração e a expedição de cartas citatórias, incluindo-se, na dispensa de recolhimento antecipado de custas, as despesas postais com o correspondente envio da citação.

Confirmam-se os seguintes precedentes ilustrativos:

**"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. CARTA PRECATÓRIA. EXPEDIÇÃO. ATRIBUIÇÃO DO ESCRIVÃO DA SERVENTIA JUDICIAL. CUSTAS PARA DESPESAS POSTAIS. RECOLHIMENTO ANTECIPADO PELA FAZENDA. DISPENSA. PROVIMENTO.**

1. O Tribunal gaúcho assim decidiu (fl. 40, e-STJ, grifou-se): '(...) não se insere no rol de atribuições do escrivão, promover a instrução e a distribuição das cartas precatórias perante o Juízo deprecado. Em verdade, essa incumbência recai sobre a parte interessada, cabendo a esta, inclusive efetuar o pagamento das despesas concernentes a efetivação do ato, exceto quando litigar sob o pálio da benesse da gratuidade da justiça, hipótese que não se configura na espécie'.

2. **O entendimento exarado não encontra qualquer sustentáculo, na medida em que afirmou que o Município, ao ajuizar Execução Fiscal, deve pagar despesas relativas à expedição de carta precatória, além de afirmar que descabe ao escrivão distribuir a referida missiva.**

3. **A Primeira Seção do STJ, ao apreciar os REspS 1.107.543/SP e 1.144.687/RS, ambos submetidos à sistemática prevista no art. 543-C do CPC/1973, pacificou o entendimento de que a Fazenda Pública, em Execução Fiscal, está dispensada do recolhimento antecipado das custas para a realização do ato citatório, as quais serão recolhidas, ao final, pelo vencido, nos termos dos arts. 27 e 39 da Lei 6.830/1980.**

4. **Ademais, o art. 152, I, do CPC/2015, que está evidentemente acima de regimentos e leis estaduais na hierarquia normativa, é inequívoco em salientar que incumbe ao escrivão redigir, na forma legal, as cartas precatórias e os demais atos que pertençam ao seu ofício.**

5. Outrossim, a parte, por não integrar o Judiciário, não possui – e nem

# *Superior Tribunal de Justiça*

poderia ter – competência legal, nem ingerência administrativa na serventia judicial para expedir, por ela própria, cartas precatórias, sobretudo diante da crescente hegemonia nacional dos processos eletrônicos, os quais são impulsionados por sistemas digitais manejados exclusivamente pelos servidores públicos de cada Tribunal.

6. Recurso Especial provido, determinando-se a distribuição da precatória na origem" (STJ, REsp 1.817.963/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/09/2019).

"TRIBUTÁRIO. PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. FAZENDA PÚBLICA. PAGAMENTO DAS DESPESAS DE POSTAGEM DE CARTA CITATÓRIA. INEXIGÊNCIA. ART. 39 DA LEI Nº 6.830/80.

**I - A Fazenda Pública é isenta do recolhimento prévio das custas judiciais, a exemplo das despesas de postagem de carta citatória, dispêndio que será recolhido, ao final, pelo vencido. Precedentes: AgRg no REsp 1483350/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 26/11/2014; REsp 1332428/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, DJe 03/09/2012 e REsp 1107543/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, DJe 26/04/2010.**

**II - Recurso especial provido"** (STJ, REsp 1.778.801/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/12/2018).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao Recurso Especial.

Sem honorários recursais. Decisão interlocutória.

I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora